



Associação Casa Fonte da Vida
Balanco Patrimonial
Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em Reais)

ATIVO	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE	30.587.019	27.343.116
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 5)	1.569.464	460.847
Realizável	29.017.555	26.882.269
Aplicações Financeiras (nota 6)	2.181.869	894.797
Créditos de Operações de Assistência à Saúde (nota 7)	18.172.983	16.569.188
Subvenção e Assistência Governamentais a Receber (nota 7)	5.618.090	6.274.148
Créditos Tributários e Previdenciários	368.373	360.134
Bens e Títulos a Receber (nota 7)	2.587.235	2.712.614
Despesas Antecipadas	89.005	71.388
ATIVO NÃO CIRCULANTE	42.272.589	47.019.750
Realizável a Longo Prazo	708.982	5.687.094
Títulos e Créditos a Receber	64.494	41.678
Subvenção e Assistência Governamentais a Receber (nota 7)	644.488	5.645.416
Investimentos	411.930	115.724
Outros Investimentos	411.930	115.724
Imobilizado (nota 11 a)	41.143.207	41.206.117
Imóveis de Uso Próprio	34.092.653	33.863.560
Imóveis - Hospitalares	30.238.887	29.972.529
Imóveis - Não Hospitalares	3.853.765	3.891.031
Imobilizado de Uso Próprio	6.667.384	6.972.814
Hospitalares	6.610.537	6.923.525
Não Hospitalares	56.847	49.289
Imobilizações em Curso	383.170	369.744
Intangível (nota 11 b)	8.470	10.816
TOTAL DO ATIVO	72.859.607	74.362.866

Associação Casa Fonte da Vida
Balanco Patrimonial
Exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em Reais)

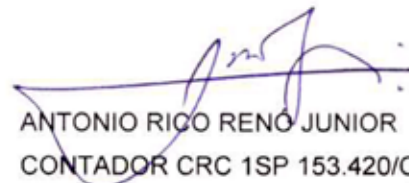
PASSIVO	2022	2021
PASSIVO CIRCULANTE	36.727.900	29.989.742
Provisões Técnicas de Operações de Assistência a Saúde	107.821	125.900
Débitos Com Operações Assistência à Saúde (nota 13)	10.712.757	7.870.915
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	4.705.959	5.381.819
Empréstimos e Financiamentos a Pagar (nota 14)	5.910.495	2.529.151
Débitos Diversos	7.223.693	6.116.960
Subvenção e Assistência Governamentais a Realizar/Diferidas (nota 15)	8.067.176	7.964.998
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	73.382.012	66.942.848
Provisões		
Provisões para Ações Judiciais (nota 21)	168.805	223.000
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		
Parcelamento de Tributos e Contribuições	9.369.877	8.571.385
Empréstimos e Financiamentos a Pagar (nota 14)	56.793.307	45.268.499
Débitos Diversos	2.504.699	3.230.798
Subvenção e Assistência Governamentais a Realizar/Diferidas (nota 15)	4.545.324	9.649.165
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 16)	-37.250.305	-22.569.723
Patrimônio Social	27.507	27.507
Reservas de Capital / Reservas Patrimoniais	1.706.715	1.526.593
Ajustes de Avaliação Patrimonial (nota 17)	17.732.527	17.732.527
Superávits/Déficits Acumulados	-41.856.352	-36.947.452
Déficit do Período	-14.860.702	-4.908.899
TOTAL DO PASSIVO	72.859.607	74.362.866

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Jacarei, 31 de dezembro de 2022



MARIA NAIR LOPES
PRESIDENTE
CPF: 338.219.928-91



ANTONIO RICO RENO JUNIOR
CONTADOR CRC 1SP 153.420/O-3
CPF: 109.771.088-21

Associação Casa Fonte da Vida

Demonstração do Resultado do Período

Exercícios Findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em Reais)

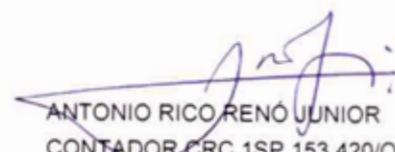
DESCRIÇÃO	2022	2021
	Total	Total
Receitas de Assistência à Saúde	95.320.744	90.949.724
<i>Receitas c/ Operações de Assistência Médico-Hospitalar (nota 22)</i>	53.801.066	49.881.651
<i>Receitas c/ Operações de Assistência Médico-Hospitalar (SUS) (nota 20 e 22)</i>	30.320.081	29.295.464
<i>Outras Receitas Operacionais</i>	11.199.597	11.772.608
Receitas c/ Doações (nota 26)	1.106.621	1.301.033
Receitas Diversas	3.430.867	4.582.885
Receitas c/ Subvenções/Assistências Governamentais - Com Restrição (nota 20)	6.595.167	5.834.111
Receitas c/ Realizações de Projetos/Investimentos - Sem Restrição	64.146	52.041
Receitas c/ Trabalho Voluntário (nota 35)	2.796	2.538
Despesas de Assistência à Saúde (Com Restrição nota 20)	-101.288.333	-89.398.308
Pessoal Próprio	-37.299.211	-31.913.153
Pessoal Serviços de Terceiros	-37.959.602	-33.423.977
Materiais e Medicamentos	-21.692.164	-20.476.548
Despesas Gerais e Administrativas	-2.594.549	-1.983.916
Depreciações e Amortizações	-1.687.091	-1.569.409
Despesas com Tributos	-52.920	-28.767
Despesas c/ Trabalho Voluntário (nota 35)	-2.796	-2.538
RESULTADO BRUTO	(5.967.589)	1.551.416
Resultado Financeiro Líquido	-8.900.800	-6.441.580
Receitas Financeiras	543.175	418.686
Despesas Financeiras	-9.443.976	-6.860.266
Resultado Patrimonial	7.687	-18.735
Receitas Patrimoniais	56.261	4.653
Despesas Patrimoniais	-48.575	-23.388
RESULTADO LÍQUIDO - DÉFICITS DOS PERÍODOS (nota 23)	-14.860.702	-4.908.899

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Jacarei, 31 de dezembro de 2022



MARIA NAIR LOPES
PRESIDENTE
CPF: 338.219.928-91



ANTONIO RICO RENÓ JUNIOR
CONTADOR CRC 1SP 153.420/O-3
CPF: 109.771.088-21

Associação Casa Fonte da Vida
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

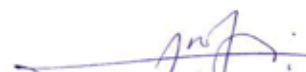
DESCRIÇÃO						Valores em R\$
	Patrimônio Social	Reservas Patrimoniais	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superávits / Déficits Apurados	Superávits /Déficits dos Exercícios	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	27.507	1.337.701	17.732.527	-36.463.468	-483.984	-17.849.717
DOAÇÕES PARA INVESTIMENTOS		188.892				188.892
DÉFICIT DO EXERCÍCIO					-4.908.899	-4.908.899
DESTINAÇÃO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERC.ANTERIOR				-483.984	483.984	0
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	27.507	1.526.593	17.732.527	-36.947.452	-4.908.899	-22.569.724
DOAÇÕES PARA INVESTIMENTOS		180.121				180.121
DÉFICIT DO EXERCÍCIO					-14.860.702	-14.860.702
DESTINAÇÃO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERC.ANTERIOR				-4.908.899	4.908.899	0
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	27.507	1.706.715	17.732.527	-41.856.352	-14.860.702	-37.250.305

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Jacarei, 31 de dezembro de 2022



MARIA NAIR LOPES
 PRESIDENTE
 CPF: 338.219.928-91



ANTONIO RICO RENÓ JÚNIOR
 CONTADOR CRC 1SP 153.420/O-3
 CPF: 109.771.088-21

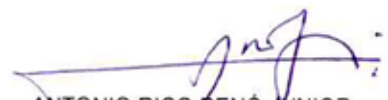
Associação Casa Fonte da Vida
Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

DFC	2022	2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(Déficit) do período	(14.860.702)	(4.908.899)
Ajustes para a reconciliação do Resultado:		
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(51.182)	226.457
Depreciação e Amortização	1.687.091	1.569.409
Perda na Venda/Baixa de Bens do Imobilizado	52.642	28.645
Provisão (reversão)Contingências	(54.195)	(65.053)
Dividendos integralizados	(44.646)	(4.549)
Juros Apropriados s/ Empréstimos e Financiamentos	7.664.826	4.915.791
Ajustes a Valor Presente	22.210	
Outros Ajustes	-	-
(Déficit) do Período Ajustado	(5.583.956)	1.761.800
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais		
Aplicações	(1.287.072)	1.246.302
Crédito de Operações Não Relac. com Planos de Assistência a Saúde	(1.552.613)	(7.120.421)
Subvenção e Assistência Governamentais	(5.618.090)	
Créditos Tributários e Previdenciários	(8.239)	2.952.874
Outros Valores e Bens	6.399.528	(1.137.345)
Despesas Antecipadas	(17.617)	(41.070)
Outros Créditos a Receber Longo Prazo	5.005.728	5.307.895
	2.921.624	1.208.236
Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais		
Provisões Técnicas de Operações de Assistência a Saúde	(18.078)	358
Débitos de Operações de Assistência a Saúde Não Relac.OPS	2.841.842	(379.151)
Tributos e Encargos Sociais	(675.860)	(2.578.960)
Débitos Diversos	1.208.911	(1.004.504)
Tributos e Encargos Sociais(Longo Prazo)	798.491	(714.808)
Débitos Diversos (Longo Prazo)	(10.375.265)	(5.187.734)
Subvenção e Assistência Governamentais	4.545.324	
Doações Para Investimentos	180.121	188.892
	(1.494.514)	(9.675.906)
Total das Atividades Operacionais	(4.156.846)	(6.705.870)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Hospitalar	-	-
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimentos	-	-
(-) Aquisição de Ativo Imobilizado – Hospitalar	(1.674.478)	(2.132.869)
(-) Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	-	-
(-) Aquisição de Ativo Intangível	-	-
(-) Outras Aquisições das Atividades de Investimentos	(301.386)	(101.560)
Total das Atividades de Investimentos	(1.975.864)	(2.234.429)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+) Recebimento – Empréstimos/Financiamentos	20.741.560	53.941.933
(+) Títulos Descontados	-	-
(+) Outros Recebimentos da Atividade de Empréstimos/Financiamentos	-	-
(-) Pagamento de Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(13.500.234)	(45.239.324)
(-) Outros Pagamentos da Atividade de Empréstimos/Financiamentos	-	-
Total das Atividades de Financiamentos	7.241.326	8.702.609
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.108.617	(237.690)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	460.847	698.537
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	1.569.464	460.847

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jacarei, 31 de dezembro de 2022


 MARIA NAIR LOPES
 PRESIDENTE
 CPF: 338.219.928-91


 ANTONIO RICO RENÓ JUNIOR
 CONTADOR CRC 1SP 153.420/O-3
 CPF: 109.771.088-21

1. Contexto operacional

Em 15 de setembro de 1980 foi fundada a Associação Casa Fonte da Vida, voltada a promover e defender a dignidade humana a partir de uma visão integral da pessoa: seu aspecto físico, psíquico, social e espiritual. A Associação Casa Fonte da Vida, mantenedora do Hospital São Francisco de Assis, é uma Associação sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, com atividade na área de Saúde, conforme artigo 2º do Estatuto Social, é reconhecida de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto 97.888 de 29.06.1989, Utilidade Pública Estadual, conforme Lei nº. 5.045 de 18/04/1986, Utilidade Pública Municipal conforme Lei Municipal nº. 2.177 de 29/02/1984. A Entidade possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área da Saúde, conforme Portaria nº 851 de 19/08/2021 do Ministério da Saúde publicada no Diário Oficial nº 162 - DOU de 26/08/2021 – Seção 1 – p.77 Processo n. 25.000.102042/2021-48, válido pelo período de 21 de dezembro de 2021 a 20 de dezembro de 2024.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Entidade adotou a Lei nº. 11.638/2007 Lei 11.941/09 que alteram artigos da Lei nº 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC 2019/NBCTGEC de 13/12/2019, que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26 R5), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1), para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

3. Formalidade da Escrituração Contábil Resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000)

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade manter em boa ordem a documentação contábil.

4. Principais Práticas Contábeis Adotadas

a) Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC TG 03 R3) Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.185/09 que aprovou a NBC TG 26 (R5) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor;

b) Aplicações financeiras: São registradas pelos valores das aplicações, acrescidos dos rendimentos auferidos ("pro - rata temporis") até a data do encerramento do exercício.

- c) Ativos circulantes e não circulantes – Contas a Receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado.
- d) Provisão para Perdas sobre Créditos - PPSC:** Constituída a provisão para perdas sobre créditos, seguindo critérios estabelecidos pela entidade. A provisão é constituída pela média dos últimos três anos dos créditos vencidos fora o ano vigente e que não têm ação judicial e apresentam risco provável de perda, e assim atendendo a Resolução CFC Nº1409/12 (NBC - ITG 2002(R1)) em seu item 14 e o Parecer de Orientação da CVM 21/90.
- e) Estoques Resolução CFC No. 1.170/09 (NBC TG 16 (R2)):** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e outros materiais de uso geral até a data do balanço. O valor total escriturado em estoques no exercício de 2022 é de R\$ 1.986.035,34.
- f) Imobilizado –** Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 11 e leva em consideração vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC No. 1.177/09 (NBC – TG 27 (R4))). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.
- g) Obras em Andamento:** As construções em andamento são constituídas pelo custo do projeto, mão-de-obra e aquisições de materiais.
- h) Passivo Circulante e Não Circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. – **Provisões** – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.
- i) Prazos:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.
- j) Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.
- k) Provisão de 13º Salário e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.
- l) As Despesas e as Receitas:** Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.
- m) Apuração do resultado:** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.
- n) Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo imobilizado, Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Desvalorização de Estoques, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.



5. Caixa e Equivalente de Caixa

Saldos Patrimoniais	2022	2021
Caixa	2.098	2.442
Bancos Conta Depósitos Sem Restrição	462.675	201.135
Bancos Conta Depósitos com Restrição	250.000	0
Aplicações de Liquidez Imediata Sem Restrição	274.460	233.389
Aplicações de Liquidez Imediata Com Restrição	580.231	23.881
	1.569.464	460.847

6. Aplicações Financeiras

Saldos Patrimoniais	2022	2021
Aplicações Não Vinculadas sem Restrição	2.178.687	828.995
Aplicações Não Vinculadas com Restrição	3.182	65.802
	2.181.869	894.797

7. Créditos de Operações de Assistência à Saúde, Bens e Títulos a Receber.

Os valores a receber de clientes não consideram multa, juros ou qualquer forma de atualização monetária por atraso em seus pagamentos e podem ser assim demonstrados:

Créditos a Receber de Prestação de Serviços de Assistência Médico-Hospitalar	2022	2021
Contas a Receber	19.027.821	17.475.208
(-) Provisão p/ Perdas s/ Créditos	(854.838)	(906.020)
	18.172.983	16.569.188

Bens e Títulos a Receber	2022	2021
Estoques	1.986.035	2.038.578
Cheques a Receber	5.100	30.800
Adiantamentos	276.438	221.655
Outros Créditos ou Bens a Receber	319.662	421.581
	2.587.235	2.712.614

Subvenção e Assistência Governamentais a Receber Circulante	2022	2021
Federal - Investimentos	617.162	650.515
Estadual - Custeio	5.000.928	5.623.633
	5.618.090	6.274.148

Subvenção e Assistência Governamentais a Receber Não Circulante	2022	2021
Estadual - Custeio	644.488	5.645.416
	644.488	5.645.416

8. Outros Ativos Circulantes

Este grupo é composto pelos seguros, assinaturas, outras despesas a apropriar e vale-transporte, cujo período de vigência ou consumo beneficia o exercício seguinte, e estão representadas pelo seu valor nominal.

9. Ativo Não Circulante (Realizável a Longo Prazo e Investimentos)

Este grupo está composto por valores cujo vencimento ultrapassa o exercício subsequente, como Subvenções a Receber, Contas a Receber e Outros Investimentos em aquisição de quotas de capital social da SICOOB Vale do Paraíba e SICOOB Unimais.

10. Mudanças de Estimativas Contábeis

Conforme determinação da Resolução CFC No. 1.177/09 (NBC – TG 27 (R4)), a Entidade alterou suas taxas de depreciação de acordo com a vida útil e utilização dos bens. Este fato, conforme previsão da Resolução CFC No. 1.179/09 – (NBC TG 23 (R2)) Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, é considerado uma mudança de estimativa contábil prospectiva (vida útil de um ativo depreciável ou no padrão esperado de consumo dos futuros benefícios desse tipo de ativo), afetando a depreciação do período corrente e de cada um dos períodos futuros durante a vida útil remanescente do ativo.

11. Ativo Não Circulante (Imobilizado e Intangível)

Os ativos Imobilizados e Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação do período, originando o valor líquido contábil.

O valor de recuperação dos bens e direitos do imobilizado e intangível **são periodicamente avaliados** para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios das taxas de depreciação na finalidade de atender a Lei No. 11.638/07, Deliberação CVM No. 583/2009, Deliberação CVM No. 644/2010, Resolução do CFC No. 1.177/2009 (NBC TG 27 (R4)) e Resolução do CFC No. 1.330/11 (NBC TG 04 (R4)).

A partir de 2010 a Entidade adotou novos percentuais de depreciação dos bens do imobilizado e intangível e assim se enquadrando na legislação vigente. A metodologia utilizada segue os princípios aprovados pela Deliberação CVM 527 de 01.11.2007, retificada conforme publicação de 09.12.2007, bem como, as Normas ABNT que tratam da avaliação de bens e determinação da vida útil: ABNT nº 14.653-1 – Procedimentos Gerais; ABNT nº. 14.653-2 – Imóveis Urbanos; e ABNT nº. 14.653-5 – Maquinas e Equipamentos e Outros Bens.

a) Ativo Imobilizado

Saldos patrimoniais:

CONTAS DO ATIVO IMOBILIZADO	2022		2021		Taxa em %
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	
Edificações	29.318.672	7.485.119	21.833.553	21.604.460	1,81 a 4
Terrenos	12.259.100	0	12.259.100	12.259.100	-
Instalações	69.393	69.305	88	147	10
Maquinários e Equipamentos	12.475.219	7.836.876	4.638.343	5.110.673	10
Informática	1.488.552	789.739	698.813	491.581	10 a 20
Móveis e Utensílios	3.114.733	1.877.988	1.236.745	1.257.310	10
Veículos	128.460	35.065	93.395	113.102	20 a 50
Imobilizações em Curso	383.170	0	383.170	369.743	-
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO	59.237.299	18.094.092	41.143.207	41.206.116	

b) Ativo Intangível

Saldos patrimoniais:

CONTAS DO ATIVO INTANGÍVEL	2022		2021		Taxa em %
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido	
Sistemas de Computação	464.838	456.368	8.470	10.815	20
Marcas Comerciais	5.647.733	5.647.733	0	0	25
TOTAL DO ATIVO INTANGÍVEL	6.112.571	6.104.101	8.470	10.815	

12. Obrigações a Curto Prazo (Passivo Circulante)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representam o saldo credor de fornecedores em geral, obrigações fiscal-empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais.

13. Débitos com Operações de Assistência à Saúde

Os valores a pagar para fornecedores e prestadores de serviços podem ser assim demonstrados:

Saldos Patrimoniais:

	2022	2021
Serviço Médico P. Física a Pagar	1.411	1.346
Serviço Médico P. Jurídica a Pagar	5.044.956	4.431.138
Fornecedores de Materiais	3.864.945	2.790.931
Fornecedores de Serviços	1.801.445	647.500
	10.712.757	7.870.915

14. Empréstimos e Financiamentos em Curto Prazo e Longo Prazo

	2022		2021
	Curto	Longo	Curto e Longo
Contas Garantidas/Cheques a Compensar	50.000		4.211
Banco SICCOOB Vale do Paraíba (a)	2.558.333	9.975.366	5.098.080
Caixa Econômica Federal (b)	3.262.357	46.592.537	42.660.474
Outros Empréstimos (c)	39.805	225.404	34.885
	5.910.495	56.793.307	47.797.650

(a) Banco SICCOOB Vale do Paraíba

Contrato nº. 281.955 de 01/11/2021, para pagamento em 60 parcelas de R\$ 33.972,56, sendo a primeira vencível em 21/03/2022 e a última em 22/02/2027 e taxa de juros nominal 1,15% a.m.

Contrato nº. 282.061 de 16/11/2021, para pagamento em 60 parcelas de R\$ 86.859,99, sendo a primeira vencível em 21/03/2022 e a última em 22/02/2027 e taxa de juros nominal 1,15% a.m.

Contrato nº. 301.000 de 02/01/2022, para pagamento em 54 parcelas de R\$ 228.325,69, sendo a primeira vencível em 30/06/2022 e a última em 30/11/2026 e taxa de juros nominal 1,40% a.m.

(b) Caixa Econômica Federal

Contrato nº. 25.4293.610.0000007-91 de 11/08/2021, para pagamento em 120 parcelas de R\$ 607.651,82, com carência de 06 meses, sendo a primeira vencível em 10/10/2021 e a última em 10/09/2031 com taxa de juros nominal 1,01% a.m.

Contrato nº. 25.4293.610.0000010-97 de 15/05/2022, para pagamento em 120 parcelas de R\$ 82.638,71, com carência de 06 meses, sendo a primeira vencível em 10/07/2022 e a última em 10/06/2032 com taxa de juros nominal 1,23% a.m.

Contrato nº. 25.4293.610.0000007-91 de 22/11/2022, para pagamento em 120 parcelas de R\$ 65.734,63, com carência de 06 meses, sendo a primeira vencível em 10/01/2023 e a última em 10/12/2032 com taxa de juros nominal 1,22% a.m.

(c) Outros Empréstimos

Contrato HP Financial Services Arrendamento Mercantil S/A nº 5625647873316678BRA2 de 24/10/2022, para pagamento em 60 parcelas, sendo a primeira vencível em 24/11/2022 e a última em 24/10/2027 com taxa de juros nominal 1,31% a.m.

15. Subvenção e Assistência Governamentais a Realizar/Diferidas

Subvenção e Assistência Governamentais a Realizar/Diferidas Circulante	2022	2021
Federal - Investimentos	2.031.462	1.666.704
Estadual - Investimentos	742.272	667.092
Estadual - Custeio	5.017.684	5.631.202
Municipal - Investimentos	275.758	
	8.067.176	7.964.998

Subvenção e Assistência Governamentais a Realizar/Diferidas Não Circulante	2022	2021
Federal – Investimentos	3.593.485	4.003.749
Estadual - Investimentos	37.547	
Estadual – Custeio	644.488	5.645.416
Municipal – Investimentos	269.804	
	4.545.323	9.649.165

16. Patrimônio Líquido

O Patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do exercício (déficit) ocorrido, as doações patrimoniais e os ajustes de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

As Demonstrações Contábeis deste exercício foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Entidade. A Entidade continua com o esforço para obtenção de recursos para equacionar a estrutura do patrimônio líquido e da busca de uma maior eficiência operacional e pelo sucesso de outras medidas a serem implementadas pela Administração, para assegurar a continuidade normal de suas atividades.

17. Ajuste de Avaliação Patrimonial

Em consonância com a Resolução CFC nº. 1.159/09 (CTG 2000) (alterada pela Resolução CFC nº 1.329/11) e a Lei nº. 11.638/07, a criação da conta Ajuste de Avaliação Patrimonial faz parte do Patrimônio Líquido como um grupo especial, uma vez que os valores nela contabilizados não transitaram pelo resultado e são oriundos de aumentos de valores atribuídos a elementos do Ativo Não Circulante Imobilizado.

18. Redução ao Valor Recuperável de Ativos

A Entidade revisou o valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo com o objetivo de indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme previsto na Lei No. 11.638/08, Deliberação da CVM No. 527, Resolução 1.292/10 que aprova (NBC TG 01 (R4)). Quando tais evidências são identificadas (o que não foi o caso em 2022), e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração para efetuar esse TESTE avaliou se existe alguma necessidade de desvalorização dos ativos utilizados como indicações a análise das principais fontes externas e internas que possam interferir na recuperabilidade dos ativos operacionais da Entidade, e assim desenvolvendo uma análise da evolução dos principais indicadores de geração de Receita, Caixa, Crescimento e Retorno de Investimentos dos últimos três (2019, 2020 e 2021) exercícios sociais, mais o exercício em curso (2022) e projeções futuras (2023, 2024, 2025 e 2026).

Concluimos que ambos os métodos e/ou critérios (pelo valor líquido de venda e valor líquido de uso) utilizados demonstraram que o valor líquido contábil está a menor que o valor justo estimado, e por este motivo não é necessário qualquer lançamento contábil para redução dos valores contabilizados, e assim não foi necessário constituir provisões para recuperação de ativos imobilizado e intangível do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

19. Ajuste a Valor Presente – Resolução do CFC n. 1.151/09 (NBC TG 12)

Conforme Resolução nº. 1.151/09 (NBC TG 12), e a Lei 11.638/07 os Passivos são avaliados de forma conservadora, acrescidos de todos os encargos, juros, multas e correções cabíveis. Os Passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente e aos saldos de curto prazo, quando houver efeito relevante. Os Ajustes a Valor Presente são normalmente contabilizados como contas retificadoras dos recebíveis e exigíveis e vão sendo alocados no resultado como receitas e despesas financeiras pelo regime de competência, pelo método da taxa efetiva de juros.

20. Subvenção e Assistência Governamentais – Resolução CFC n. 1305/10 (NBC TG 07 (R2))

São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando, também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o Estatuto Social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

Para a contabilização de suas subvenções e assistências governamentais, a Entidade, atendeu a Resolução nº. 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC que aprovou a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002(R1).

A Entidade recebeu no decorrer do período as seguintes Subvenções/Assistências Governamentais para Custeio do Poder Público Estadual:

Com Restrição:

Concedente	Nº Convênio	Valor recebido	Rendimento de Aplicação	Valor realizado	Objetivo/Utilização
Governo Estadual	Convênio: 1067/2020	3.866.928	2.275	3.856.892	Custeio/Aquisição de material de consumo e serviços de terceiros – utilização: Pessoal Serviços de Terceiros: R\$ 3.258.940 Materiais e Medicamentos: R\$ 597.952 Saldo Bancário em 31/12/22: R\$ 17.776,94

Governo Estadual	Convênio: 252/2020	1.134.000	429	1.136.015	Custeio/Aquisição de material de consumo e serviços de terceiros – Utilização: Pessoal Serviços de Terceiros: R\$ 915.591 Materiais e Medicamentos: R\$ 220.424 Saldo Bancário em 31/12/21: R\$ 56,91
Governo Estadual	Convênio: Mais Santas Casas	62.813	0	62.813	Custeio/Aquisição de material de consumo e serviços de terceiros – Utilização: Materiais e Medicamentos: R\$ 62.813.
Total do Ano:		5.063.741	2.704	5.055.720	

A Entidade utilizou no decorrer do período as seguintes Subvenções/Assistências Governamentais para Investimento do Poder Público Estadual:

Com Restrição:					
Concedente	Nº Convênio	Valor recebido	Rendimento de Aplicação	Valor realizado	Objetivo/Utilização
Governo Estadual	T. A.: 03/2011			5.838	Termo Aditivo destinado a Investimentos – Equipamentos e mobiliário para UTI recebido em 01/12/2011 – Utilização: Depreciação: R\$ 5.838
Governo Estadual	T. A.: 01/2014			23.609	Termo Aditivo destinado a Investimentos – Equipamentos recebido em 04/07/2014 - Utilização: Depreciação: R\$ 23.609
Governo Estadual	Convênio: 904/2014			62	Termo Aditivo destinado a Investimentos – Equipamentos recebido em 19/12/2014 – Utilização: Depreciação: R\$ 62
Governo Estadual	Convênio: 1.248/2022	263.000	93	0	Termo Aditivo destinado a Investimentos – Equipamentos recebido em 01/12/2022
Governo Estadual	Convênio: 306/2022	200.000	102	0	Termo Aditivo destinado a Investimentos – Equipamentos recebido em 01/12/2022
Governo Estadual	Convênio: 1.557/2022	250.000		0	Termo Aditivo destinado a Investimentos – Equipamentos recebido em 01/12/2022
Total do Ano:		713.000	195	29.509	

A Entidade recebeu no decorrer do período as seguintes Subvenções/Assistências Governamentais para Investimento do Poder Público Federal:

Com Restrição:					
Concedente	Nº Convênio	Valor recebido	Rendimento de Aplicação	Valor realizado	Objetivo/Utilização
Governo Federal	781443/2012			8.760	Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Especializada em Saúde, recebida em 04/09/2013. Utilização: Depreciação R\$ 8.760.
Governo Federal	781380/2012			44.530	Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Especializada em Saúde, recebida em 17/12/2013. Utilização: Depreciação R\$ 44.530.
Governo Federal	791035/2013			12.825	Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Especializada em Saúde, recebida em 07/03/2014. Utilização: Depreciação: R\$ 12.825. Saldo bancário em 31/12/22: R\$ 2.563.
Governo Federal	810191/2014			25.509	Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Especializada em Saúde, recebida em 07/03/2016. Utilização: Depreciação: R\$25.509.
Governo Federal	836995/2016			4.565	Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Especializada em Saúde, recebida em 17/05/2017. Utilização: Depreciação: R\$4.565.
Governo Federal	836589/2016			795	Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Especializada em Saúde, recebida em 18/05/2017. Utilização: Depreciação: R\$795.
Governo Federal	835016/2016			9.579	Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Especializada em Saúde, recebida em

Governo Federal	832707/2016			27.356	29/05/2017. Utilização: Depreciação: R\$9.579. Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Especializada em Saúde, recebida em 08/06/2017. Utilização: Depreciação: R\$27.356.
Governo Federal	836571/2016			24.725	Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Especializada em Saúde, recebida em 14/06/2017. Utilização: Depreciação: R\$24.725.
Governo Federal	838489/2016			273.081	Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Especializada em Saúde, recebida em 21/07/2017. Utilização: Depreciação: R\$273.081.
Governo Federal	835015/2016			15.151	Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Especializada em Saúde, recebida em 24/07/2017. Utilização: Depreciação: R\$15.151.
Governo Federal	839895/2016			5.748	Reforma de Unidade de Atenção Especializada em Saúde, recebida em 01/07/2018 – Parcela 02/02. Utilização: Depreciação: R\$5.748.
Governo Federal	851189/2017			54.446	Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Especializada em Saúde, recebida em 05/12/2018. Utilização: Depreciação: R\$54.446.
Governo Federal	PRONON-NUP: 25.000.01.51 79/2018-68			85.000	PRONON Projeto Avanço no Diagnóstico e tratamento de mulheres com câncer de mama, recebida em 2018. Utilização: Depreciação: R\$85.000.
Governo Federal	PRONON-NUP: 25.000.00.25 60/2017-86			7.633	PRONON Projeto Reforma de Leitos da Oncologia e melhorias no CETRO, recebida em 2017. Utilização: Depreciação: R\$7.633.
Governo Federal	851330/2017	13.567	277	0	Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Especializada em Saúde, recebida em 17/08/2020 e 21/06/2022. Saldo Bancário em 31/12/22: R\$ 618,98
Governo Federal	868773/2018			30.477	Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Especializada em Saúde, recebida em 24/03/2020. Utilização: Depreciação: R\$30.477.
Governo Federal	873438/2018			2.947	Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Especializada em Saúde, recebida em 10/12/2020. Utilização: Depreciação: R\$2.947.
Governo Federal	886257/2019			11.064	Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Especializada em Saúde, recebida em 15/12/2020. Utilização: Depreciação: R\$11.064.
Governo Federal	922009/2021	261.037	9.048	933	Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atenção Especializada em Saúde, recebida em 20/06/2022. Utilização: Depreciação: R\$933. Saldo Bancário 31/12/22: R\$ 99.203,24
Total do Ano:		274.604	9.325	645.124	

A Entidade recebeu no decorrer do período as seguintes Subvenções/Assistências Governamentais para Investimento do Poder Público Municipal:

Com Restrição:

Concedente	Nº Contrato	Valor recebido	Rendimento de Aplicação	Valor realizado	Objetivo/Utilização
Prefeitura Municipal	Termo de Colaboração 1.043.00/2021	350.000	20.858	296	Repasse de Recurso Financeiro para Instalação de Elevador e Ampliação do Centro de Parto no valor total de R\$ 525.000,00. Utilização: Depreciação R\$ 296.
Total do Ano:		350.000	20.858	296	

A Entidade recebeu no decorrer do período as seguintes Subvenções/Assistências Governamentais para Custeio do Poder Público Municipal:

Com Restrição:

Concedente	Nº Convênio	Valor recebido	Rendimento de Aplicação	Valor realizado	Objetivo/Utilização
Prefeitura Municipal	Convênio Embasado na Lei 6.517/2022	864.517		864.517	Custeio/Aquisição de material de consumo e Pessoal Próprio – Utilização: Materiais e Medicamentos: R\$ 58.632,33 Pessoal Próprio: R\$ 805.884,67.
Total do Ano:		864.517		864.517	

A Entidade recebeu no decorrer do período Receitas com Restrição de uso do SUS – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE e em atendimento as Normas de Brasileiras de Contabilidade seguem abaixo as Demonstrações de Despesas e Custos segregadas por Convênios:

Com Restrição:

Concedente	Nº Convênio	Valor recebido	Valor realizado	Objetivo/Utilização
SUS	Convênio SUS nº 1.019.00/2021	29.831.558	29.831.558	Custeio – Utilização: Pessoal Próprio: R\$ 9.600.000 Pessoal Terceiros Médicos: R\$ 6.522.778 Pessoal Terceiros Diversos: R\$ 1.792.612 Materiais e Medicamentos: R\$ 4.874.453 Custos Empréstimos Margem SUS: R\$7.035.291 Tarifas e Taxas Bancárias: R\$ 6.424.
SUS	Convênio SUS COVID nº 1.025.00/2021	110.698	110.698	Custeio – Utilização: Pessoal Terceiros Médicos: R\$ 39.816 Materiais e Medicamentos: R\$ 70.037 Tarifas e Taxas Bancárias: R\$ 845.
SUS	Convênio SUS MUTIRÃO nº 1.073.00/2022	30.881	30.881	Custeio – Utilização: Pessoal Terceiros Médicos: R\$ 7.977 Materiais e Medicamentos: R\$ 22.904
Total do Ano:		29.973.137	29.973.137	

21. Provisão de Ativos e Passivos Contingentes - Resolução CFC nº. 1.180/09 (NBC TG 25 (R2))

Em atendimento a Resolução CFC 1.180/09, e respaldado por um documento recebido da Assessoria Jurídica, constando os processos administrativos e/ou judiciais que a Entidade possui e a situação provável com suficiente segurança da perda desses valores, estão reconhecidos na escrituração contábil, a saber:

Processos Referentes	Valor Envolvido
Ação de Indenização civil	0
Reclamações Trabalhistas	168.805
Total da provisão contábil	168.805

Os processos judiciais em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, nos quais a entidade é parte passiva e que representam risco possível, estão relacionados abaixo:

Processos Referentes	Valor Envolvido
Ação de Indenização civil	7.150.087
Reclamações Trabalhistas	1.148.710
Total:	8.298.797

22.Receitas (NBC TG 47)

Em atendimento a NBC TG 47, as receitas (fontes de recursos) da Entidade decorrente da manutenção dos serviços prestados por assistência médico-hospitalar SUS e Convênios, provenientes das internações e serviços ambulatoriais, são registrados quando produzidas, por ocasião da alta do paciente, que nem sempre ocorre no mesmo mês em que foram incorridos os custos de manutenção da prestação dos serviços. As distorções que esses fatos podem refletir na apuração do resultado de cada período não têm sido relevantes. As receitas SUS supramencionadas ficam sujeitas à revisão e aprovação por parte da Secretaria Municipal de Saúde, gestora do Sistema Único de Saúde no município.

Outras receitas (fins e sustentáveis, conforme art. 2º do Estatuto Social) são reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade.

Segue abaixo os montantes de cada categoria significativa (relevante) de receita reconhecida durante o período:

Código Contábil	Rubrica Contábil	Valores
3.3.2.1.1	Receitas c/ Operações de Assistência Médico-Hospitalar	53.801.066
3.3.2.1.3	Receitas c/ Operações de Assistência Médico-Hospitalar SUS	30.320.081

23. Do Resultado do Exercício

O déficit do exercício de 2022 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002(R1) em especial no item 16, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

24. Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC nº 1.152/09 que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC n. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO.

As contas que compõem as atividades de investimentos são:

- Investimento
- Imobilizado
- Intangível

As contas que compõem as atividades de financiamentos são:

- Empréstimos / Financiamentos / Leasing

25. Cobertura de Seguros

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua a contratação de seguros em valores considerados suficientes para a cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. As apólices de seguro mantidas pela entidade propiciam as seguintes coberturas:

Seguradoras	Cobertura de Riscos	Importância Segurada	Vencimento da Apólice
Porto Seguro Empresa	Predial, roubo e incêndio	R\$ 16.911.000 Apólice nº. 118-64-4035554	11/11/2023
Liberty Seguros S.A	Veículo (roubo, danos materiais, corporais e morais)	100% tabela FIPE mais danos a terceiros e passageiros – 05 Itens conforme Apólice nº. 31-11-2022.0830244	28/02/2023

A entidade não mantém seguro para cobertura de possíveis contingências decorrentes de responsabilidade civil.

26. Doações e Contribuições Recebidas

Eventualmente a Entidade recebe doações e/ou contribuições de pessoas físicas e jurídicas, previstas no seu Estatuto Social e no ano de 2022 recebeu donativos diversos no valor de R\$ 1.106.621.

27. Imunidade Tributária

A ENTIDADE é imune à incidência das Contribuições Sociais por força da Lei Complementar No 187 de 2021.

28. Característica da Imunidade

A Associação Casa Fonte da Vida é uma instituição de saúde sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, previsto na Lei Complementar No 187 de 2021, e por isso é reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), no qual usufrui das seguintes características:

- A Instituição é regida por legislação infraconstitucional;
- A Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não cumprir as situações condicionadas em Lei (contrapartida);
- Existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidades é dispensada de pagar o tributo;
- Há o direito (Governo) de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido.

29. Requisitos Para Manutenção Da Isenção Tributária

A Associação Casa Fonte da Vida é uma entidade beneficente de assistência social (possui CEBAS) e para usufruir da Imunidade Tributária determinada pela Lei Complementar No 187 de 2021, cumpre os seguintes requisitos:

ESTATUTÁRIOS

- Não remunera, nem concede vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, a diretores, conselheiros, associados, benfeitores ou equivalentes, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelo estatuto (art. 26 do Estatuto Social);
- Aplica suas receitas, rendas, rendimentos e o eventual resultado operacional, integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais (art. 27 do Estatuto Social);
- Não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto (art.25 do Estatuto Social);
- Atende o princípio da universalidade do atendimento, onde **não** direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as);
- Tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a uma entidade de fins não lucrativos, devidamente registrada em órgão público municipal, estadual e federal, e no Conselho Nacional de Serviço Social ou a uma entidade pública a critério da Assembleia (art.24 do Estatuto Social);

OPERACIONAIS E CONTÁBEIS

- Possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- Mantém sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- Conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;

- Cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- Elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

30. Contribuições Sociais Usufruídas (ISENTAS)

A Entidade possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área da Saúde, conforme Portaria nº 851 de 19/08/2021 do Ministério da Saúde publicada no Diário Oficial nº 162 - DOU de 26/08/2021 – Seção 1 – p.77 Processo n. 25.000.102042/2021-48, válido pelo período de 21 de dezembro de 2021 a 20 de dezembro de 2024.

Conforme Lei Complementar No 187 de 2021 entidade beneficente certificada fará jus à imune do pagamento das contribuições. Abaixo demonstraremos as contribuições sociais usufruídas em 2022:

a) Isenções Previdenciárias:

Folha de Pagamento - Salários:	8.242.153
Folha de Pagamento - Autônomos:	3.858
Total:	8.246.011

b) COFINS : 2.877.605

TOTAL NO ANO: 11.123.616

31. Obrigações da Saúde Para Fins de CEBAS-SAÚDE

Conforme determinação da Lei Complementar No 187 de 2021) e a Portaria MS No. 834/2016 a Entidade já procedeu ao recadastramento no Ministério da Saúde, pelo site no departamento de certificação D-CEBAS. A Entidade em atendimento a Portaria MS No. 1.034/10 formalizou sua contratualização no dia 30/06/2016. Em 29/06/2021 foi formalizado o Convênio nº 1.019.00/21 Expediente nº 011/2021 DA-SS vigência de 12 meses com o Gestor Local do SUS e em 28/06/2022 o Aditamento nº 1.019.01/21.22 Expediente nº 011/2021 vigente até 30/06/2023. A Instituição de saúde mantém atualizados seus dados no Cadastro Nacional de Entidades de Saúde (CNES).

Os serviços de saúde desenvolvidos pela Entidade são atividades de imunidade ou proteção nas Políticas Públicas de Saúde (Política Nacional de Saúde, Política Nacional de Humanização, Política Nacional de Atenção Básica à Saúde e outras) que ela está inserida e como consequência, por elas regulamentada.

32. Cumprimento de Metas com o SUS

Conforme determinação do artigo 9º item II c da Portaria da Lei complementar 187/2021 a Entidade cumpriu as metas quantitativas e qualitativas de internação ou de atendimentos ambulatoriais estabelecidas na contratualização, e estas foram atestadas pelo Gestor Local do SUS.

33. Da Concessão dos Recursos em Assistência à Saúde

Conforme determinação da Lei Complementar No 187 de 2021 item II § 1º a Entidade cumpriu:

- As metas estabelecidas em contrato de contratualização, conforme Nota 32;
- Ofertou a prestação de seus serviços ao Gestor Local do SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) que pode ser comprovado pelas informações que a Entidade inseriu no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), no Sistema de Informação Hospitalar (SIH) e no Comunicado de Internação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA);

Nos quadros abaixo demonstramos, conforme determina da Lei Complementar No 187 de 2021:

- Número de atendimentos SUS e Ñ-SUS;
- Percentual de atendimentos SUS (superior aos 60% exigido).

DESCRIÇÃO 2022	
Quantidade de Paciente Dia SUS (Conforme DATA SUS AIH)	20.066
Quantidade de Paciente Dia Não SUS (Conforme CIHA)	18.306
Total Paciente-Dia	38.372
Quantidade de Procedimentos Ambulatoriais SUS (Conforme DATA SUS SIA)	183.775
Quantidade de Procedimentos Ambulatoriais SUS (Conforme CIHA)	136.344
Total Ambulatorial	320.119
% Internação SUS	52,29%
% Ambulatorial SUS	65,29%
PERCENTUAL SUS - ANTES DA VERIFICAÇÃO DO ART 33	62,29%
Atenção Obstétrica e Neonatal **	1,50%
Atenção Oncológica **	1,50%
Atenção às urgências e emergências	
Atendimentos voltados aos usuários de Álcool, crack e outras drogas	
Hospitais de ensino	
TOTAL	3,00%
PERCENTUAL SUS FINAL AO CEBAS	65,29%

* Limite de uso pela Portaria No. 834/2016 – 10%

** ART. 33. Ao percentual total da prestação de serviços para o SUS poderá ser adicionado o índice percentual de 1,5% (um e meio ponto percentual), para cada ação abaixo discriminada, relacionadas no Plano de Ação Regional.

34. Custos X Serviços Prestados

Em atendimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade 1409/12 que aprovou a ITG 2002(R1) item 27 letra "m", demonstramos abaixo a comparação financeira referente aos serviços prestados ao SUS, compreendendo as receitas, os custos dos serviços e as isenções usufruídas:

Apuração Financeira SUS Exercício 2022

SUS	
Total de Custos	54.191.584
Total de Receitas	30.320.081
RESULTADO	(23.871.503)

Resultado da Imunidade

Resultado SUS	(23.871.503)
Resultado Imune Usufruídas (nota 29)	11.123.616
RESULTADO COM ISENÇÕES	(12.747.887)

35. Trabalho Voluntário

Conforme Resolução do Conselho Federal de Contabilidade 1409/12 que aprovou a ITG 2002(R1) item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação de serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela Entidade.

O montante desse serviço em 2022 corresponde a R\$ 2.796. O valor ora realizado está registrado em conta patrimonial específica e reconhecida na receita e na despesa.

36. Parcelamentos**Parcelamento Lei nº. 11.941/2009**

Em 20/11/2009 a Entidade fez o Pedido de Parcelamento conforme a Lei nº 11.941/2009, referente ao saldo remanescente de Parcelamento anterior – Refis, do qual fomos excluídos conforme Portaria 2.302/2009 do Comitê Gestor do REFIS. A Consolidação dos débitos do Parcelamento foi confirmada em 08/07/2011 para pagamento em 160 parcelas. Em 2017 com o deferimento final à nossa adesão ao PROSUS Lei 12.873/2013 suspendemos os pagamentos e ficamos à espera da remissão dos débitos conforme regras previstas nesse programa no valor de R\$ 1.636.859,41.

Parcelamentos PGFN

DATA DO PEDIDO	Nº PROCESSO	TIPO	PARCELAS RESTANTES	SALDO 31/12/2022
20/07/2018	2085579/2018	IRRF/CSRF	06	R\$ 77.898,42
04/07/2018	62.482.819-0	INSS	06	R\$ 104.456,76
19/12/2018	62.879.948-9	INSS	11	R\$ 206.911,32
06/05/2020	3495300/2020	IRRF/CSRF	28	R\$ 287.000,28
15/07/2020	3594962/2020	IRRF/CSRF	30	R\$ 136.576,20
30/11/2018	2237266/2018	MULTA CLT	10	R\$ 54.286,80
12/07/2022	6658505/2022	MULTA CLT	54	R\$ 202.308,30
TOTAL:				R\$ 1.069.438,08

Parcelamentos RFB

DATA DO PEDIDO	Nº PROCESSO	TIPO	PARCELAS RESTANTES	SALDO 31/12/2022
22/08/2022	13032.652475/2022-74	PERT SAUDE DEMAIS DEBITOS	115	R\$ 3.443.193,15
22/08/2022	13032.652475/2022-74	PERT SAUDE INSS	55	R\$ 3.154.081,70
29/12/2022	0001200692551282202	PARCELAMENTO INSS/DEMAIS	59	R\$ 1.719.142,65
TOTAL:				R\$ 8.316.417,50

Parcelamento FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

DATA DO PEDIDO	Nº PROCESSO	TIPO	SALDO 31/12/2022
14/08/2012	2012004305	FGTS	R\$ 277.380,34
13/11/2018	2018010641	MULTA FGTS	R\$ 195.140,43
06/09/2019	2019010033	FGTS	R\$ 272.899,38
TOTAL:			R\$ 745.420,15

37. Participações

A entidade participa do Fundo Social da Associação São Francisco Vida CNPJ: 14.946.109/0001-20, conforme previsão estatutária (item 2.2) em cumprimento ao artigo 9º da RN nº 100, de 03 de junho de 2005 e artigo 34 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.

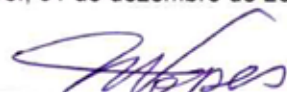
38. PROSUS

A entidade requereu adesão ao PROSUS Lei 12.873/2013 conforme Processo SIPAR Nº 25000.121098/2014-72, processo que se encontra deferido aguardando a remissão dos débitos conforme regras previstas pelo programa.

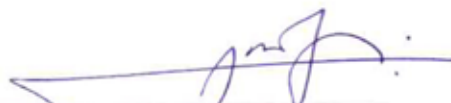
39. EVENTOS SUBSEQUENTES – FATO RELEVANTE

A entidade ajuizou Ação Judicial nº 1048266-49.2022.4.01.3400 em face da União Federal, em curso perante o TRF1, na qual visa buscar sanar a ilegalidade da utilização da "Tabela de Procedimentos Ambulatoriais e Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SUS)" como base para remuneração, devida à autora (ACFV), decorrente da sua atuação, em complementação ao Estado, na prestação de serviço de assistência à saúde. O fundamento jurídico demonstra que a remuneração praticada e decorrente viola os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e isonomia, sendo indispensável, ao menos, a equiparação dos valores constantes da "Tabela Única Nacional de Equivalência de Procedimentos (TUNEP)", IVR ou outro mais atualizado, no cálculo do valor devido à autora pelos serviços hospitalares prestados à comunidade. O pedido já foi julgado em primeira instância sendo PROCEDENTE e diante da Declaração de Análise de Risco e Possibilidade Ativa de Ação Judicial elaborada Dr. BRUNO PERMAN FERNANDES OAB/DF n.º 53.636 classifica-se a pretensão do processo em análise como PROVÁVEL (75%), tendo como estimativa financeira de aproximadamente R\$ 13,5 milhões (treze milhões e quinhentos mil reais) pelas evidências contratadas nos convênios firmados, devendo ser conferido e certificado quando da fase processual de liquidação de sentença.

Jacareí, 31 de dezembro de 2022.



Maria Nair Lopes
Presidente
CPF: 338.219.928-91



Antônio Rico Renó Júnior
CT- CRC-SP 1SP153.420/O-3
CPF: 109.771.088-21

ASSOCIAÇÃO CASA FONTE DA VIDA
CNPJ. : 50.460.351/0001-53
**“RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
 CONTÁBEIS”**
Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **ASSOCIAÇÃO CASA FONTE DA VIDA** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

A Entidade vem apresentando déficits nos últimos três exercícios, resultando na existência de um “Patrimônio Líquido Negativo”. As Demonstrações Contábeis deste exercício foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Entidade. A Entidade continua com o esforço para obtenção de recursos para equacionar a estrutura do patrimônio líquido e da busca de uma maior eficiência operacional e pelo sucesso de outras medidas a serem implementadas pela Administração, para assegurar a continuidade normal de suas atividades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

NOSSOS ESCRITÓRIOS
São Paulo

 Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
 Cory, 106/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO
Recife

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portopalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

f /audisa.consultores

@grupoaudisa

in /compenny/grupoaudisa

PORTALAUDISA.COM.BR

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
 Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
 Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
 ✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
 ✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
 ✉ portoa@grai@grupoaudisa

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 /audisaconsultores

📱 @grupoaudisa

🌐 /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 20 de Junho de 2023

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP 024298/O-3

Alexandre Chiaratti do Nascimento
 Contador
 CRC/SP 187.003 / O- 0
 CNAI – SP – 1620

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo

Alameda Rio-Negra, 503 - 1º andar
 Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portopalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

Facebook /audisaconsultores

Instagram @grupoaudisa

LinkedIn /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR



ASSINADO DIGITALMENTE POR:

ALEXANDRE CHIARATTI DO
NASCIMENTO (14782348819)
Data: 6/23/2023 11:36:25 AM -03:00



VALIDAR DOCUMENTO

Código de validação: 18B2F-E6640-6802B-FB241

Para verificar assinatura após ter assinado acesse o link a abaixo:

<https://fenacondoc.com.br/valida-documento/18B2F-E6640-6802B-FB241>

A validação também pode ser feita utilizando o QR Code abaixo:



ASSOCIAÇÃO CASA FONTE DA VIDA
CNPJ 50.460.351/0001-53

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Associação Casa Fonte da Vida, examinou detidamente a documentação apresentada, as demonstrações contábeis, verificando que elas foram feitas dentro das atuais normas técnicas aplicadas no Brasil, representando fielmente a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2022. Acrescenta ainda o elogiável desempenho da Administração da Associação, que vem enfrentando, com muita competência e sabedoria a grande crise econômica financeira que o País vem sofrendo, capacitando-se assim para receber toda nossa confiança e nossa expectativa de que esta fazendo o que há de melhor na administração da associação. O resultado do balanço de 2022, que de um déficit de R\$ 4.908.899,00 de reais em 2021 passou para R\$ 14.860.702,00 em 2022, aumentando assim em R\$ 9.951.803,00. Isto demonstrando o grande desequilíbrio que o país vem sofrendo, com tão fortes aumentos de preços e em nosso caso como dois dissídios trabalhistas acumulados por causa da pandemia somando-se a isso a falta de reajustes nos preços dos serviços. Plenamente justificado ainda pela queda de serviços prestados aos planos de saúde, mostrando assim que com a tendência já demonstrada atualmente, tende a nos levar a um equilíbrio no presente exercício de 2023, tendo em vista ainda o funcionamento dos Serviços de Radioterapia, Referência Regional, muito em breve. No Parecer dos Auditores Independentes e no nosso, solicitamos aos conselheiros que aprovem estas contas.

Jacareí, 26 de junho de 2023.



Ahed Said Amin



Gisléia Aparecida Silva Rocha



Nilce da Silva Ferreira